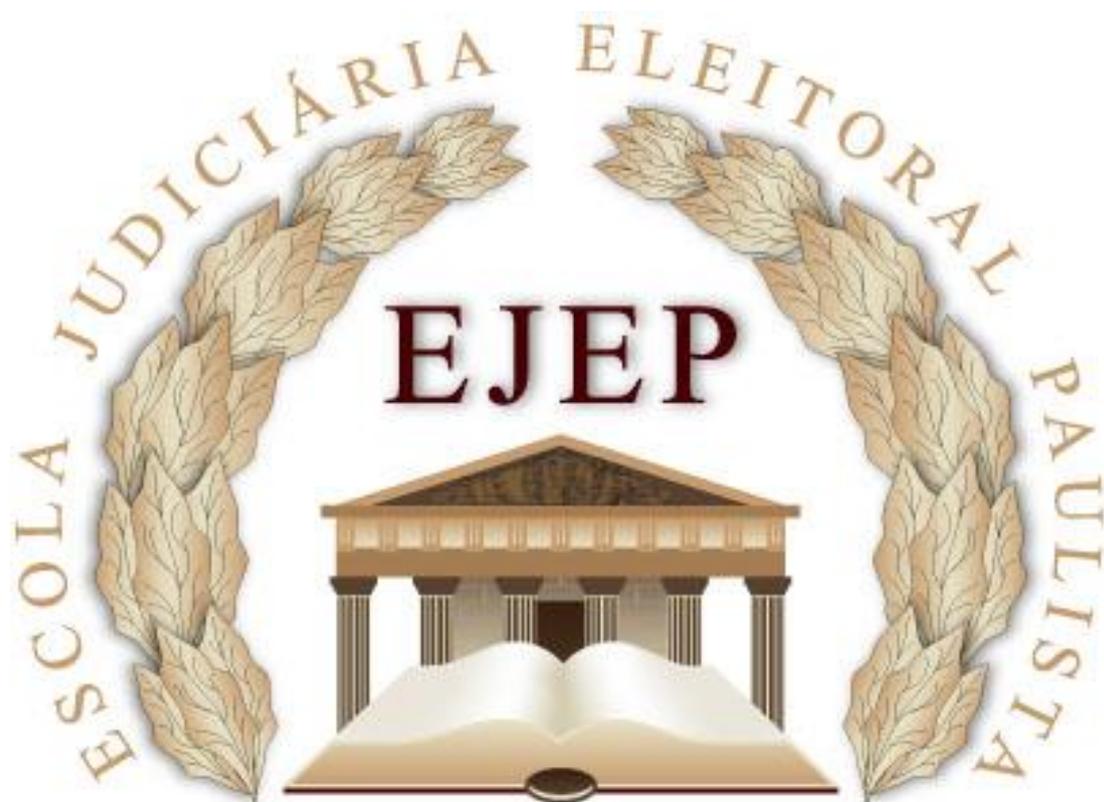


RELATÓRIO ANALÍTICO

2015-2019





ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Relatório Analítico EJEP - Ciclo 2015 / 2019

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	3
2.1. Diretoria.....	3
2.1 Conselho.....	3
2.2 Coordenação dos Cursos.....	4
2.3 Secretaria.....	4
2.4 Quadro de Pessoal.....	5
3. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU.....	7
3.1. 3º Curso - 2015 / 2016.....	7
3.2. 4º Curso - 2017 / 2018.....	8
3.3. 5º Curso - 2019 / 2020.....	8
3.4. Infraestrutura para o curso de pós-graduação.....	8
3.5. Biblioteca EJEP / TRE-SP.....	11
3.6. Biblioteca da Escola Paulista da Magistratura.....	15
3.7. Corpo Docente.....	16
4. CURSOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	19
4.1. Ações em 2016.....	19
4.2. Ações em 2018.....	20
4.3. Ações em 2019.....	22
5. AÇÕES DE CIDADANIA.....	24
5.1 Visitas Monitoradas.....	26
5.2 Promoção da Cidadania.....	29
6. PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO UNIVERSITÁRIO.....	33
7. REVISTA ELETRÔNICA – REDESP.....	35
8. APERFEIÇOAMENTO DO CORPO DOCENTE.....	37
9. PESQUISA.....	38



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo criou a Escola Judiciária Eleitoral Paulista por meio da Resolução TRE/SP n.º 134/2003, de 5 de agosto de 2003. Posteriormente, a Resolução TRE/SP n.º 149/2004 adequou a organização e o funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista ao modelo da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos constantes da Resolução TSE n.º 21.614, de 5 de fevereiro de 2004.

Com fundamento nas Deliberações CEE n.º 3/2000 e n.º 108/2011, o Conselho Estadual da Educação aprovou o credenciamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista para o curso de Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, pelo prazo de três anos, a partir de 04 de outubro de 2011.

Por meio da Portaria CEE/GP n.º 63, de 13 de fevereiro de 2015, o Conselho Estadual da Educação aprovou o credenciamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, por um período de cinco anos, a partir de 14 de fevereiro de 2015.

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) constitui-se em órgão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e tem por finalidade o aprofundamento do conhecimento acadêmico e profissional na área do Direito do Estado, em especial no ramo de Direito Eleitoral, mediante a pesquisa e investigação do saber.

Sua Sede está localizada na Rua Francisca Miquelina, 123 – 1º andar – sala 103 – prédio Brigadeiro – Bela Vista – São Paulo/SP.

Objetivos

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista tem por objetivos:

- atualizar e formar continuamente ou eventualmente os magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo;
- atualizar e formar os profissionais do direito na esfera do Direito do Estado;
- produzir conhecimento na área do Direito do Estado, em especial no Direito Eleitoral, por meio de doutrina e seleção jurisprudencial, com o intuito de aprimorar os profissionais do direito;
- educar o povo, informando suas responsabilidades políticas e sociais e promovendo o exercício da cidadania.

Sendo um dos objetivos específicos promover cursos de pós-graduação, formação e capacitação de servidores e de extensão.

O relatório que segue busca delinear a configuração atual da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, em termos estruturais e programáticos. Compreende também as ações que foram realizadas no período de 2015 a 2019, compondo o histórico de sua atuação.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Resolução TRE/SP nº 289/13, publicada no DJU em 29.07.2013, disciplina o Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral Paulista.

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista, mantida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, está vinculada diretamente à Presidência. Sua estrutura administrativa é constituída pelos seguintes órgãos: Diretoria, Conselho, Coordenação de Cursos e Secretaria. As nomeações para esses órgãos são feitas pelo Presidente do TRE/SP, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, mediante Portaria.

Atualmente as Portarias EJEP nº.s 01 e 02/2018, publicadas no DJE de 20.03.2018, nomeiam os membros e servidores para a Direção e o Conselho da Escola; publicada no DJE de 27.08.2018; a Portaria 02/2016 nomeia o Doutor Richard Pae Kim como Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral. É a composição a seguir discriminada.

2.1. Diretoria

A Direção da Escola Judiciária Eleitoral Paulista caberá ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo ou, mediante ato deste, por delegação, a um dos membros do Tribunal.

Ainda, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, considerando o dimensionamento das atividades da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, poderá nomear um Vice-Diretor e um Diretor Executivo para auxiliarem o Diretor no exercício da função.

Assim, compete à Diretoria a alta administração da Escola, sua coordenação, supervisão e o planejamento do sistema de ensino.

Composição atual da Diretoria

Diretor: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin

Vice-Diretor: Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

2.1 Conselho

Ao Conselho, integrado por membros da magistratura eleitoral, servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e cidadãos, cabem as diretivas e decisões de caráter pedagógico.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Composição atual do Conselho

Carlos Eduardo Cauduro Padin
Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior
Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia
Jeferson Moreira de Carvalho
Silmar Fernandes
Richard Pae Kim
Vitor Gambassi Pereira
José Wellington Bezerra da Costa Neto
Marcus Elidius Michelli de Almeida
Hélio Freitas de Carvalho da Silveira
Claucio Cristiano Abreu Corrêa
Regina Rufino
Vanessa Nigres Diniz

2.2 Coordenação dos Cursos

Aos Coordenadores dos Cursos compete apresentar ao Conselho, para aprovação, os projetos pedagógicos dos cursos, programas e atividades desenvolvidos pela Escola.

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral

Coordenador: Doutor Richard Pae Kim

2.3 Secretaria

À Secretaria cabe prestar apoio técnico e administrativo ao Diretor, bem como o planejamento e a execução das atividades de treinamento e capacitação de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral.

O horário de funcionamento acompanha o horário regular do TRE/SP, que é das 12h às 19h. No entanto, às segundas e quartas-feiras, duas funcionárias deslocam-se para a EPM, das 17h às 22h, para dar suporte às atividades da Pós-Graduação.

O Secretário designado será um dos servidores, dentre os bacharéis em Direito.

Secretária: Vanessa Nigres Diniz



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

2.4 Quadro de Pessoal

O quadro funcional da EJEP é composto, em novembro de 2019, com os seguintes servidores:

Nome	Desde	Horário
Vanessa Nigres Diniz	01/09/2016	13h às 20h ¹ (seg e qua, das 13h até o final das aulas)
Eliane Silva Neves	01/08/2017	13h às 20h (seg e qua, das 13h até o final das aulas)
Fernando Marques Sá	03/08/2017	12h às 19h
Giovanna Tocaia dos Reis	12/03/2018	12h às 19h
Magda Almeida de Souza Magalhães	07/01/2019	12h às 19h
Nísia Pudwell Chaves Vidigal	08/08/2019	12h às 19h
Sílvia Furtado Bueno Teixeira	29/10/2019	12h às 19h
Eliz Carahyba Dias e Silva	05/11/2019	12h às 19h

Movimentação no período de 2015 a 2019

Nome	Cargo	Entrada	Saída
Angélica Sato Kobayashi	Escrevente Técnico Judiciário	24/01/2011	01/05/2016
Ana Cláudia M. Pavão e Castro	Escrevente Técnico Judiciário	24/01/2011	01/05/2016
Andréa Rochel	Técnico Judiciário	14/08/2012	30/11/2015
Deise Fernandes de O. Barros	Técnico Judiciário	01/04/2014	21/01/2015
Berenice Belizário	Técnico Judiciário	25/02/2015	30/09/2018
Guilherme Rodrigues M. Mendes	Técnico Judiciário	23/03/2015	18/07/2017

¹ As horas trabalhadas a mais nesses dias são compensadas durante a semana.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Thaís Tirolli Dorta	Técnico Judiciário	01/09/2016	22/01/2017
Vanessa Nigres Diniz	Técnico Judiciário	01/09/2016	-
Edison Massaki Yumiketa	Analista Judiciário	01/02/2017	13/08/2017
Eliane Silva Neves	Técnico Judiciário	01/08/2017	-
Fernando Marques Sá	Analista Judiciário	03/08/2017	-
Humberto Santana Galletti	Técnico Judiciário	01/03/2018	17/01/2019
Giovanna Tocaia dos Reis	Técnico Judiciário	12/03/2018	-
Magda Almeida de S. Magalhães	Técnico Judiciário	07/01/2019	-
Nísia Pudwell Chaves T. Vidigal	Técnico Judiciário	08/08/2019	-
Sílvia Furtado Bueno Teixeira	Técnico Judiciário	28/10/2019	-
Eliz Carahyba Dias e Silva	Técnico Judiciário	05/11/2019	-



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

3. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Curso destinado a bacharéis em Direito, sendo dada prioridade sucessiva aos magistrados, promotores de justiça, funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do Tribunal de Justiça e dos demais Tribunais do Estado, delegados de polícia estaduais e federais, procuradores, advogados e demais bacharéis. Ressaltando-se o criterioso processo seletivo, composto de análise de “curriculum vitae” e/ou entrevista.

O objetivo desse curso é o de propiciar ao discente a consolidação de seu conhecimento obtido na graduação, bem como o aprofundamento teórico e prático da legislação, doutrina e jurisprudência no ramo do Direito Eleitoral. Disponibilizando ao aluno uma visão sólida e atualizada do Direito Eleitoral e dos aspectos processuais das ações e procedimentos eleitorais, capacitando-o à descoberta científica dos vários aspectos legislativos, políticos e eleitorais regulamentados pela matéria.

As aulas se realizam às segundas (palestras) e quartas-feiras (seminários), das 18h30 às 22h30, nas dependências da Escola Paulista da Magistratura, nos 4º e 3º andares, respectivamente. Os seminários, conduzidos por professores assistentes (magistrados com experiência acadêmica em outras instituições, devidamente titulados e/ou com notório saber na área, coordenados pelo professor responsável pela disciplina/Professor Responsável Coordenador do Curso), são preparatórios para as aulas expositivas por palestrantes convidados.

O curso é composto atualmente pelos seguintes módulos:

Módulo I – Direito Constitucional Eleitoral e Político – 100 horas/aula e 20 horas de fichamentos obrigatórios.

Módulo II – Direito Eleitoral e Processual Eleitoral – 152 horas/aula e 20 horas de fichamentos obrigatórios.

Módulo III – Sistema Penal Eleitoral – 60 horas/aula e 10 horas de fichamentos obrigatórios.

Módulo IV – Didática e Pesquisa – 60 horas/aula e 40 horas de orientação para confecção de monografia.

3.1.3º Curso - 2015 / 2016

Aprovado pelo Parecer CEE nº 525/2011 (publicado no DOE em 23.11.2012, Seção I, página 29), o curso transcorreu de 9/3/2015 a 19/9/2016.

Teve a carga horária de 372 horas, e foram oferecidas 130 vagas.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Foram recebidas no total 187 inscrições, com 132 alunos matriculados. Houve 28 alunos desistentes durante o curso. Ao final, 67 alunos foram aprovados e 37 reprovados.

3.2.4º Curso - 2017 / 2018

Aprovado pelo Parecer CEE nº 120/2017 (publicado no DOE em 23.03.2017, Seção I, página 27), o curso transcorreu de 17/4/2017 a 6/8/2018.

Teve a carga horária de 462 horas, e foram oferecidas 100 vagas.

Foram recebidas no total 208 inscrições, com 112 alunos matriculados. Houve 33 alunos desistentes durante o curso. Ao final, 51 alunos foram aprovados e 28 reprovados.

3.3.5º Curso - 2019 / 2020

Autorizado pela Portaria CEE/GP 63 de 13/02/2015, do Conselho Estadual de Educação, publicado no DOE de 14/02/2015, Seção I, página 27.

Tem a carga horária de 462 horas, e foram oferecidas 150 vagas.

Foram recebidas no total 236 inscrições, com 162 alunos matriculados. Até o momento, 40 desistências. O curso conta, em novembro de 2019, com 122 alunos ativos.

Curso	Vagas oferecidas	Inscritos	Matrículas efetivas ²	Desistências	Reprovados	Aprovados
3º EPE	130	187	132	28	37	67
4º EPE	100	208	112	33	28	51
5º EPE	150	236	162	40	-	-

3.4. Infraestrutura para o curso de pós-graduação

O Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, oferecido pela EJEP, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura (EPM), nos termos do Convênio nº 001/2018, cuja vigência encerrar-se-á em 29 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado e/ou alterado, de comum acordo, mediante Termo

² O número de matrículas excedente ao número de vagas refere-se aos alunos de edição anterior do curso que, havendo sido aprovados nos módulos, deixaram de entregar a monografia, estando matriculados apenas para esta finalidade, e, portanto, não ocupam vaga.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Aditivo (extrato do convênio publicado no DJE de 09.03.2018, pg. 24, e DJE de 20.03.2018, pg. 3), é ministrado às segundas e quartas-feiras, das 18h30 às 22h30, nas dependências da EPM.

Esse convênio firma a cooperação acadêmica e tecnológica e de prática judiciária entre a Escola Paulista da Magistratura – EPM e a Escola Judiciária Eleitoral Paulista - EJEP, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Há, ainda, a manifesta intenção de prorrogação ao final do presente ano.

Assim, compete à Escola Paulista da Magistratura:

– ceder, sem ônus para a EJEP, o direito de acesso as suas salas de aula, assim como aos equipamentos necessários à execução das atividades a serem realizadas, desde que disponíveis;

– providenciar os pagamentos dos *pro-labores*/honorários dos professores assistentes, dos coordenadores pedagógicos, dos palestrantes dos cursos e despesas com correção de monografia, para os Cursos de Pós-Graduação, sempre que suas disponibilidades orçamentárias permitirem, a critério exclusivo da EPM, em virtude dos compromissos com outros cursos que realiza;

– arcar com os custos das passagens aéreas, hotéis e despesas de estadias e traslado de palestrantes convidados, sempre que possível;

– gerir os valores das matrículas e das mensalidades depositadas pelos alunos nos cofres EPM/Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A EJEP, por sua vez, comunica à EPM, dentro do prazo legal, a intenção de uso das salas e equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades acadêmicas; gerencia o curso de pós-graduação (abertura de edital, inscrições, matrículas, frequência dos alunos e professores, processo financeiro, com o controle de pagamento dos professores e palestrantes, dentre outras atividades atinentes ao andamento do curso) bem como atende administrativamente aos alunos dos cursos em andamento (*in loco*, nas dependências da EPM, e na sede da EJEP) ou encerrados.

Um dos recursos utilizado é o SIGE - Sistema Integrado de Gestão de Escolas, sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça/SP, sendo uma ferramenta de apoio para as duas escolas conveniadas. Por meio desse sistema são compiladas todas as informações sobre os cursos, os alunos, os professores e os palestrantes, frequência, notas, financeiro, material de apoio aos alunos, comunicados, etc.

Os alunos contam com a Sala de Alunos, disponível em <http://www.tjsp.jus.br/epm/sige/webSaladealunos.aspx>, local virtual onde estão disponíveis, por exemplos: o calendário escolar, os materiais das aulas, os boletos de pagamento, as notas e as frequências.

As palestras são gravadas e ficam disponíveis aos alunos, mediante site da EPM (<https://epm.tjsp.jus.br>), sendo necessário usar os respectivos *login* e senha.

Os alunos comunicam-se diretamente com a equipe da Secretaria da EJEP por meio de telefone, e-mail (ejep.pos@tre-sp.jus.br) ou pessoalmente.

3.4.1. Edifício Sede

A sede da EJEP fica na Rua Francisca Miquelina, 123, 1º andar, sala 103-B, nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A sala onde funciona a Secretaria da EJEP dispõe de mesa de reunião, que pode ser utilizada tanto por alunos como professores para o desempenho de atividades ou estudos em pequenos grupos com notebook e conexão para internet livre.

A EJEP ainda dispõe de sala para reuniões ou palestras, que, no formato de auditório, comporta até 40 alunos. Trata-se da sala 201-M.

A Escola conta, também, com auditório com capacidade para 120 pessoas, no 14º andar do edifício Miquelina.

3.4.2. Escola Paulista da Magistratura

Situada à Rua da Consolação nº 1483, a EPM cede, mediante convênio, salas de aula para o desenvolvimento do curso de pós-graduação.

O estacionamento da EPM dispõe de 80 (oitenta) vagas para uso de alunos dos cursos em geral e funcionários do prédio. No piso E-1 há 5 vagas para uso de PNE.

Além das salas de aula para as 5 turmas da pós-graduação, a EPM oferece 10 notebooks para uso nas salas para apresentação de seminários, biblioteca, 2 estúdios de gravação com isolamento acústico, um com 20 lugares e outro com espaço apenas para o docente gravar, e 14 salas à disposição para professores orientarem os alunos.



Aula no auditório da Escola Paulista de Magistratura



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

3.4.3. Acessibilidade

Tanto o edifício sede da EJEP quanto o edifício da Escola Paulista de Magistratura são dotados de acessibilidade, conforme relatório fotográfico de conformidade com a NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, anexo.

No estacionamento da EPM há 5 vagas para PNE.

As plantas estão anexas a este relatório.

3.5. Biblioteca EJEP / TRE-SP

3.5.1. Bibliotecários

Ana Carolina Olim de Caires – Registro CRB 8 – 6624/O

Paulo Jair Gutkoski – Registro CRB 8 – 6390/O

3.5.2. Acervo

Atualmente o acervo da Biblioteca do TRE/SP é composto por aproximadamente 15.500 itens, sendo 7.200 livros, dos quais 200 títulos correspondem a obras digitais.

Dentre os periódicos, são 8 mil exemplares, dos quais são 154 títulos de obras impressas e 2 títulos de assinaturas digitais.

Os demais itens referem-se a materiais como CD-ROMs, TCCs, folhetos e atas de sessões.

O foco principal do acervo é o Direito Eleitoral, secundado por outros ramos do direito e temas de interesse da Justiça Eleitoral.

3.5.3. Movimentação do acervo nos últimos cinco anos

Os dados seguintes foram elaborados conforme relatório do software de controle da Biblioteca. No quadro abaixo, já estão computados os descartes e considerados apenas os acréscimos.

Ano	Acréscimo
2014	443
2015	440
2016	177



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

2017	48 ³
2018	547, dos quais: 443 títulos físicos; 104 títulos digitais
2019	409, dos quais: 126 títulos físicos 104 títulos digitais 179 em processo de empenhamento para aquisição

A projeção de aquisições para os próximos 5 anos acompanha a média dos últimos anos, de 250 títulos nos anos eleitorais, e 300 nos anos não eleitorais.

3.5.4. Revistas eletrônicas disponíveis

EJE em Revista / Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia

Estudos Eleitorais / Tribunal Superior Eleitoral

Fórum Administrativo - Editora Fórum

Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política /
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Resenh@eleitoral / Revista eletrônica do TRE/SC

Revista Ballot / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Revista Brasileira de Direito Eleitoral / Editora Fórum

Revista da Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas

Revista de Doutrina e Jurisprudência / Tribunal Regional Eleitoral de Minas
Gerais

Revista Democrática / Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Revista do TRE-RS / Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Revista do TRE-TO / Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

³ A redução drástica em 2017 deve-se ao fato de que a empresa detentora da ata de registro de preços decretou falência e não entregou as obras já empenhadas para aquisição resultando em um número bem menor de aquisições.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Revista Eleições e Cidadania / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí,
Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP / Escola Judiciária Eleitoral Paulista
Revista Eletrônica EJE / Tribunal Superior Eleitoral, Escola Judiciária Eleitoral
Revista Eletrônica EJE / Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Revista Jurídica Eletrônica do TRE-SE / Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
Revista Jurídica TRE-TO / Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
Revista Maranhão Eleitoral / Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
Revista Política Hoje / Universidade Federal de Pernambuco
Revista Populus / Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Suffragium / Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

3.5.5. Postos disponíveis para estudo (alunos/grupos de estudo)

Na Biblioteca há uma mesa para estudo com 6 lugares e 1 terminal para pesquisa de usuário.

Salienta-se que a demanda maior é por empréstimos uma vez que o horário de funcionamento é também o horário de trabalho.

3.5.6. Bibliografia básica do curso de pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral

O quadro abaixo demonstra o número de exemplares disponíveis de cada item da bibliografia básica do 5º Curso de Pós-Graduação “lato sensu” em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral na Biblioteca para uso dos alunos.

Bibliografia básica	Exemplares disponíveis
ALVIM, Frederico Franco. Curso de Direito Eleitoral. Curitiba: Juruá, 2014	2
BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.	1
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2016.	4
CÂNDIDO, Joel J..Direito Eleitoral Brasileiro. São Paulo: EDIPRO, 2016.	10
CAGGIANO, Mônica Herman. Ficha Limpa – Impacto nos Tribunais: Tensões e Confrontos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	2



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira & FERREIRA, Telson Luís Cavalcante. Direito Eleitoral: Aspectos Materiais e Processuais. São Paulo: Migalhas, 2016.	REJE
CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz de Pádua. Tratado de Direito Eleitoral: Direito Material Eleitoral – Parte I. São Paulo: Premier Máxima, 2008. t.1 a 3.	6
CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz de Pádua. Direito Eleitoral Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2016.	8
COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. Direito Eleitoral e Processual Eleitoral: Direito Penal Eleitoral e Direito Político. 2a. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.	8
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2016.	4
FUX, Luiz & FRAZÃO, Carlos Eduardo. Novos Paradigmas do Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2016.	REJE
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2016.	16
GOMES, José Jairo. Recursos Eleitorais. São Paulo: Saraiva, 2016.	7
GOMES, Suzana de Camargo. Crimes Eleitorais. São Paulo: RT, 2010.	6
GUILHERME, Walter de Almeida; KIM, Richard Pae; SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. Direito Eleitoral e Processual Eleitoral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.	1
JARDIM, Torquato. Introdução ao Direito Eleitoral Positivo. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.	1
LUCON, Paulo Henrique dos Santos & VIGLIAR, José Marcelo Menezes. Código Eleitoral Interpretado. São Paulo: Atlas, 2013.	5
MENDES, Gilmar Ferreira & BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2016.	5
MEZZARROBA, Orides. Introdução ao Direito Partidário Brasileiro. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.	1
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2016.	12
MORAES, Alexandre de; KIM, Richard Pae. Cidadania. São Paulo: Atlas, 2014.	1
NAVARRO, Alceu Pentead. Anotações sobre Propaganda Política e as Condutas Vedadas aos Agentes Públicos. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2016.	1



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

NORONHA, João Otávio de & KIM, Richard Pae (Orgs.). Sistema Político e Direito Eleitoral Brasileiros. São Paulo: Atlas, 2016.	1
PONTE, Antonio Carlos da. Crimes Eleitorais. São Paulo: Saraiva, 2008.	3
RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2016.	9
ROLLEMBERG, Gabriela; DIAS, Joelson & KUFA, Karina (Org.). Aspectos Polêmicos e Atuais no Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Arraes, 2012.	2
ROLLO, Alberto (Org.). Elegibilidade e Inelegibilidade: Visão Doutrinária e Jurisprudencial Atualizada. Caxias do Sul: Plenum, 2008.	2
SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2016.	15
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2016.	5

Já foram feitas duas tentativas de aquisição das 2 obras abaixo relacionadas – ambas retornadas como obras esgotadas para aquisição. No entanto, existem exemplares na REJE dos quais podem ser obtidas cópias de parte das obras dentro dos limites do direito autoral.

- CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira & FERREIRA, Telson Luís Cavalcante. Direito Eleitoral: Aspectos Materiais e Processuais. São Paulo: Migalhas, 2016. A Biblioteca possui exemplares de outros títulos deste autor de direito processual eleitoral: Curso de direito processual eleitoral, Transparência do processo eleitoral brasileiro.
- FUX, Luiz & FRAZÃO, Carlos Eduardo. Novos Paradigmas do Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

3.6. Biblioteca da Escola Paulista da Magistratura

Biblioteca da Escola Paulista da Magistratura, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, localizada na rua da Consolação, 1483, 4º andar – Consolação, está cadastrada no Conselho Regional de Biblioteconomia – 8º Região, sob o nº 3655. Funciona das 9h às 20h, de 2ª a 6ª feiras.

3.6.1. Bibliotecários

Bibliotecária responsável: Cintia Pontes de Souza – CRB-8/5730

Celina Fernandes Monteiro Teixeira de Carvalho – CRB-8/3766



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Alexandre Gomes Louro – Estudante de biblioteconomia – 2º ano Renata Braga Gianetti - Formação em Direito

3.6.2. Acervo

O acervo é composto de livros, folhetos, periódicos, trabalhos acadêmicos, CDs, DVDs e fitas de vídeo, totalizando mais de 45.000 exemplares, especializado em Direito. Também há um Acervo Central que auxilia quanto às obras inexistentes no Acervo da EPM.

Essa biblioteca oferece os serviços de consulta local, estando disponível computadores com acesso à Internet para pesquisa acadêmica e acesso a bases de dados. Observando que seu acervo se encontra em fase de organização física, bem como o processo de ordenação e descrição.

Foram adquiridos 1.200 novos títulos nos últimos 5 anos, com uma movimentação global de aproximadamente 5 mil obras. A perspectiva de aquisição para os próximos 5 anos mantém-se na mesma faixa.

É possível, ainda, a consulta ao acervo por meio do endereço eletrônico:

<http://www.tjsp.jus.br/Biblioteca/Biblioteca>

3.6.3. Postos disponíveis para estudo

A biblioteca dispõe de sala ampla, iluminada, com ar condicionado, com 12 mesas e cadeiras para estudo, leitura e pesquisa, além de oito baias individuais com computador e acesso à web para fins de pesquisa e elaboração de trabalhos e 10 computadores para uso dos consulentes.

3.7. Corpo Docente

O corpo docente do curso de pós-graduação é formado por 13 professores assistentes, que se revezam na condução dos seminários.

O atendimento para a orientação dos trabalhos de conclusão do curso ocorre sob demanda, com as seguintes opções de local: nas dependências da EPM, em sala reservada para essa finalidade; na própria Secretaria da EJEP, ou nos gabinetes dos professores que são também magistrados, em horário previamente agendado.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

3.7.1. Professores Assistentes

Nome	Cursos em que lecionou
Aloisio Sergio Rezende Silveira	3º EPE
André Guilherme Lemos Jorge	3º EPE
Clarissa Campos Bernardo	3º EPE, 4º EPE
Cláudia Lúcia Fonseca Fanucchi	3º EPE, 4º EPE e 5º EPE
Felipe Chiarello de Souza Pinto	4º EPE e 5º EPE
Francisco Carlos Inoue Shintate	3º EPE, 4º EPE e 5º EPE
Jeferson Moreira de Carvalho	3º EPE e 4º EPE
José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro	5º EPE
Luís Francisco Aguilar Cortez	3º EPE
Luiz Carlos dos Santos Gonçalves	4º EPE e 5º EPE
Manoel Luiz Ribeiro	4º EPE
Manoel Pacheco Dias Marcelino	5º EPE
Marcelo Coutinho Gordo	3º EPE
Marcelo Vieira de Campos	5º EPE
Marco Antonio Martin Vargas	3º EPE e 4º EPE
Marcus Elidius Michelli de Almeida	5º EPE
Mario Devienne Ferraz	3º EPE e 4º EPE
Maurício Fiorito	5º EPE
Paulo Hamilton Siqueira Junior	3º EPE, 4º EPE e 5º EPE
Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia	3º EPE, 4º EPE e 5º EPE
Sidney da Silva Braga	4º EPE
Vitor Gambassi Pereira	5º EPE
Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior	3º EPE, 4º EPE e 5º EPE



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

3.7.2. Coordenadores dos módulos

Curso	Disciplina	Professor Responsável
3º EPE	Direito Constitucional Eleitoral e Político	Paulo Hamilton Siqueira Júnior
3º EPE	Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	Luís Francisco Aguilar Cortez
3º EPE	Sistema Penal Eleitoral	Jeferson Moreira de Carvalho
3º EPE	Didática do Ensino Superior	Felipe Chiarello de Souza Pinto
4º EPE	Direito Constitucional Eleitoral e Político	Paulo Hamilton Siqueira Júnior
4º EPE	Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	Luís Francisco Aguilar Cortez
4º EPE	Sistema Penal Eleitoral	Jeferson Moreira de Carvalho
4º EPE	Didática do Ensino Superior	Felipe Chiarello de Souza Pinto
5º EPE	Direito Constitucional Eleitoral e Político	Paulo Hamilton Siqueira Júnior
5º EPE	Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	Luís Francisco Aguilar Cortez
5º EPE	Sistema Penal Eleitoral	Marcus Elidius Michelli de Almeida
5º EPE	Didática do Ensino Superior	Felipe Chiarello de Souza Pinto

4. CURSOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Em todos os anos, sobretudo naqueles que correm eleições gerais ou municipais, a EJEP promove ciclo de palestras, seminários ou congressos.



O Plenário do TRE-SP recebe cursos, seminários, palestras e audiências públicas para os quais são convidados também os alunos da pós-graduação.

4.1. Ações em 2016

4.1.1. II Congresso Internacional de Direito Eleitoral

Data 05 e 06.05.2016

Local: Auditório Ruy Barbosa da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Inscritos: 800

Organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), Instituto Paulista de Direito Eleitoral (IPADE), Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, o evento contou com a presença de nomes de destaque na área do Direito Eleitoral e teve mais de 800 inscritos. Participaram do evento o presidente do TRE/SP, Des. Mário Devienne Ferraz, com os demais integrantes do TRE/SP, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Antonio Dias Toffoli, Tarcísio Vieira, Luciana Lóssio e Henrique Neves, além de juristas renomados. Ao todo, foram cerca de 50 participantes, dentre palestrantes e debatedores.

4.1.2. Treinamento e ambientação de novos magistrados

A EJEP recebeu os aprovados no 186º Concurso de Ingresso na Magistratura e apresentou as atividades desenvolvidas por esta E. Corte. Foram exibidos 2 vídeos institucionais, material audiovisual produzido pela Seção de TV e Rádio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de palestras sobre as áreas de Tecnologia da Informação, rotinas cartorárias da 1ª Zona Eleitoral (proferida pelo Juiz Sidney da Silva Braga) e vista a processos eleitorais. Por fim, os magistrados assistiram a uma sessão plenária. O evento ocorreu no dia 25/10/2016, na sede deste Tribunal.

4.1.3. Ciclo de Palestras sobre Preparação e Organização para as Eleições de 2016

A EJEP promoveu, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura – EPM, um ciclo de palestras que abordou assuntos relacionados às Eleições 2016, tais como propaganda eleitoral, prestação de contas, arrecadação e fontes de custeio, entre outros. Foram oferecidas 150 vagas para a modalidade presencial e 450 vagas para a modalidade à distância. O evento ocorreu entre os dias 24/06/16 e 12/08/2016, na sede deste Tribunal.

4.2. Ações em 2018

4.2.1. Direito Eleitoral e Internet: fundamentos técnicos e tutela jurídica

Data: 08 e 09.03.2018

Local: Auditório do 4º andar da Escola Paulista da Magistratura

Expositores: Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, Francisco Carvalho de Brito Cruz e André Ramos Tavares

Público alvo: magistrados, servidores e demais operadores do direito

Objetivo geral: Capacitar magistrados, servidores e demais operadores do direito, sobre temas relevantes à aplicação do Direito no ambiente da internet (propaganda eleitoral na Internet), com participação de especialistas.

[Link para a notícia](#)

4.2.2. Conferência “Eleições 2018: Desafios e Perspectivas”

Data: 23.04.2018

Local: Auditório do 4º andar da Escola Paulista da Magistratura



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Expositores: Min. Luiz Fux (Presidente do TSE), Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (Min. TSE e Diretor da EJE/TSE) e Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin (Presidente do TRE/SP e Diretor da EJEP).

Público alvo: magistrados, servidores e demais operadores do direito

Objetivo geral: Capacitar magistrados, servidores e demais operadores do direito no sentido de ampliar a reflexão sobre os desafios e perspectivas em relação às Eleições Gerais 2018 para que possam expandir seus conhecimentos e capacidade de tomada de decisão em face do processo eleitoral e da democracia brasileira. [Link para a notícia](#)

4.2.3. Seminário “Os Partidos políticos e as Eleições 2018”

Data: 29.06.2018

Local: Plenário do TRE/SP

Expositores: Servidores das áreas judiciária, controle interno e tecnologia da informação

Público alvo: representantes dos partidos políticos, servidores e demais operadores do direito

Objetivo geral: Capacitar os operadores do direito no tocante aos temas atinentes aos processos de registro de candidaturas e de prestação de contas.

[Link para a notícia](#) (manhã)

[Link para a notícia](#) (tarde)

4.2.4. Seminário “Prestações de Contas Eleitorais – Eleições 2018”

Data: 19 e 20.07.2018

Local: Sede do CRCSP

Expositores: Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do CRCSP, servidores do TRE e conselheiros do CRCSP

Público alvo: profissionais de contabilidade, advogados, administradores financeiros e demais interessados

Objetivo geral: Capacitar os profissionais de contabilidade, advogados, administradores financeiros e demais interessados no tocante às prestações de contas nas Eleições 2018.

4.2.5. Módulo de Direito Eleitoral do Curso de Formação de Juízes

Data: 11.10.2018

Local: Plenário do TRE/SP



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Coordenação Juiz Márcio Teixeira Laranjo

Expositores: Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin e Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

Público alvo: magistrados do 187º Concurso de Ingresso na Magistratura

Objetivo geral: Capacitar os magistrados na Formação Inicial do 187º Concurso de Ingresso na Magistratura na seara eleitoral (palestra sobre as áreas de Tecnologia da Informação, rotinas cartorárias da 1ª Zona Eleitoral, proferida pelo Juiz Francisco Carlos Inouye Shintate, e vista a processos eleitorais), como sendo uma das etapas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. [Link para a notícia](#)

4.3. Ações em 2019

4.3.1. Seminário "Ações penais na Justiça Eleitoral e o combate à corrupção"

Data: 08.04.2019

Local: Auditório do 2º andar da Escola Paulista da Magistratura

Coordenadores de painéis: Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin, Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, Des. Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia e Dr. Richard Pae Kim

Expositores: Min. Alexandre de Moraes, Min. Torquato Jardim, Dr. Antonio Carlos da Ponte, Dr. Fernando Neisser, Dr. Pedro Barbosa Pereira Neto, Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves e Dr. Walter Godoy dos Santos Junior

Público alvo: magistrados, servidores e demais operadores do direito

Objetivo geral: Capacitar os operadores do direito no tocante ao processo penal eleitoral e os crimes conexos, *compliance* e financiamento eleitoral, aos crimes eleitorais, e as questões práticas atinentes aos processos criminais eleitorais e combate à corrupção. [Link para a notícia](#)

4.3.2. Audiência Pública "Diálogos para a construção da sistematização das normas eleitorais"

Data: 04.07.2019

Local: Plenário do TRE/SP

Expositores: Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin (Presidente do TRE/SP e Diretor da EJEP), Min. Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE), Dr. Flávio Pansieri (Diretor da EJE/TSE), dentre outros.

Público alvo: magistrados, servidores e demais operadores do direito

Objetivo geral: Discussões relevantes sobre os temas atinentes ao processo eleitoral para a construção das instruções normativas (Resoluções) das Eleições 2020.



Audiência Pública “Diálogos para a construção da sistematização das normas eleitorais”, em julho/2019

4.3.3. Palestra “Fake News na regulação da União Europeia”

Data: 8.8.2018

Local: Auditório da EPM

Coordenação: Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

Expositores: Andrea Pisaneschi, Professor Doutor titular de Direito Constitucional no Departamento de Direito da Universidade de Siena, na Itália e André Ramos Tavares, Professor Doutor titular da Faculdade de Direito do Largo São Francisco

Público alvo: alunos da pós-graduação, servidores e juízes eleitorais

Objetivo geral: apresentar comparativo entre as normas de alguns dos países europeus em relação às notícias falsas. [Link para a notícia](#)

4.3.4. Seminário “Participação Feminina e Diversidade no Ambiente Institucional: desafios e perspectivas”

Data: 23.8.2019

Local: Plenário do TRE-SP

Coordenação: Maria Cláudia Bedotti

Expositores: magistradas Maria Claudia Bedotti, Cláudia Lúcia Fonseca Fanucchi, Maria Domitila Prado Mansur e Maria Paula Cassone Rossi, a promotora de Justiça estadual Vera Lúcia Taberti e a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Hannah Maruci Aflalo.

Público alvo: servidores do TRE-SP

Objetivo geral: Entre os assuntos tratados estavam o poder decisório e participação feminina, representatividade na carreira e as conquistas femininas, os desafios do sistema político e das políticas públicas para a ocupação de cargos institucionais, além do diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. [Link para a notícia](#)



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

5. AÇÕES DE CIDADANIA

Por força de sua missão político-social, e em consonância com a Resolução TSE nº 23.482, de 21 de junho de 2016, que trata da estrutura, funcionamento e competências das Escolas Judiciárias Eleitorais, art. 1º, II, a Escola promove as ações para o fortalecimento da cidadania, por meio de palestras (na sede do TRE/SP ou *in loco*), de visitas monitoradas ao TRE/SP e pela realização de eleições não oficiais, como por exemplo, a de um grêmio estudantil de uma escola (pública ou privada). Nesses eventos são destacadas aos cidadãos e aos futuros eleitores a importância da Justiça Eleitoral no tocante ao regime democrático, a competência, a importância do voto consciente, a segurança da urna eletrônica, a diplomação dos eleitos, bem como o treinamento de eleitores. Destacam-se a transparência, a oportunidade e a publicidade dos atos atinentes às eleições gerais ou municipais.

Essas ações começam a ser implementadas a partir de 2017, com a inclusão do eixo Cidadania como parte das atribuições das Escolas Judiciárias pela Resolução TSE nº 23.482/2016.

O público impactado diretamente desde que essas ações passaram a ser realizadas pela EJEP soma, ao final de 2019, mais de 5 mil pessoas, entre jovens e adultos.

Ações de Cidadania – público atingido diretamente	
Estudantes do Ensino Fundamental I e II	4471
Estudantes universitários	340
Adultos	402
Total	5213

Na tabela abaixo, o quadro sintético das ações de cidadania por tipo, instituição solicitante, data e número de participantes e, nos tópicos a seguir, a descrição detalhada das ações realizadas.

Instituição	Tipo da ação	Data	Público atingido diretamente
UNIP - Santos	Visita monitorada	19/10/2017	11



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo – Campus Conceição	Visita monitorada	09/11/2017	20
UNISAL – Campus Santa Terezinha	Visita monitorada	23/11/2017	2
Centro Universitário Estácio de São Paulo – Campus Santo Amaro	Visita monitorada	23/11/2017	14
Núcleo Bandeirante Bororós	Visita monitorada	11/04/2018	15
Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo – Campus Conceição	Visita monitorada	17/05/2018	29
Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo	Visita monitorada	24/05/2018	15
Universidade Mackenzie	Visita monitorada	18/06/2018	8
CIEE	Promoção da cidadania	12/07/2018	40
Colégio Mackenzie	TRE vai à Escola	30/08/2018	769
CIEE	Promoção da cidadania	19/09/2018	20
Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto - Perus	TRE vai à Escola	27/09/2018	500
Escola Estadual Caetano de Campos	TRE vai à Escola	4/10/2018	280
Colégio Mackenzie	Exposição e simulação de votação pelos sistemas manual e eletrônico	20/10/2018	1800
USP Ribeirão Preto	Visita monitorada	24/10/2018	35
FAAP	Visita monitorada	25/10/2018	13
FAAP	Visita monitorada	31/10/2018	13



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

FAAP	Visita monitorada	3/11/2018	3
UNIP - Santos	Visita monitorada	26/03/2019	38
CIEE	Palestra	23/04/2019	22
Faculdade Damásio	Visita monitorada	30/04/2019	19
Escola Vista Alegre - Monte Mor	TRE vai à Escola	17/05/2019	652
Universidade Estácio de São Paulo – Unidade Vila dos Remédios	Visita monitorada	28/05/2019	29
Universidade Estácio de São Paulo – Unidade Santo Amaro	Visita monitorada	29/08/2019	30
Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal	Visita monitorada	05/09/2019	28
PUC-SP	Visita monitorada	12/09/2019	15
FAAP	Visita monitorada	12/09/2019	6
CIEE	Palestra	18/09/2019	20
CEU EMEF Água Azul – Cidade Tiradentes	TRE vai à Escola	27/09/2019	755
PUC-SP	Visita monitorada	10/10/2019	12
Total			5213

5.1 Visitas Monitoradas

A EJEP recebe turmas de até 40 universitários ou grupos de estudantes interessados nas visitas monitoradas, após solicitação dos professores responsáveis e aprovação do Presidente do TRE/SP.

A ação ocorre por um período de três horas, durante as quais é oferecida uma palestra (breve explanação sobre a Justiça Eleitoral, sua composição e atribuições; registro de candidatos, sistema eletrônico de votação e segurança da urna; voto consciente; votos nulos, em branco e abstenção, enfrentamento à desinformação) e

acompanhamento de uma sessão de julgamento no Plenário do TRE/SP. Disponibiliza-se uma urna eletrônica para treinamento de eleitores.

Até o ano de 2017, as visitas monitoradas eram organizadas e conduzidas pela Coordenadoria de Comunicação Social. A partir de outubro de 2017, passam a ser da responsabilidade da EJEP.



Visita Monitorada do Núcleo Bandeirante Bororós, em abril/2018

5.1.1 Ações em 2017

- 19 de outubro: Estudantes de Direito da Universidade Paulista - UNIP – Santos
- 09 de novembro: Estudantes de Direito Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo - *Campus* Conceição
- 23 de novembro: Estudantes de Direito Centro Universitário Estácio - Santo Amaro

5.1.2 Ações em 2018

- 11 de abril: Integrantes do Núcleo Bandeirante Bororós ([Notícia](#));
- 17 de maio: Estudantes de Direito do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo – *Campus* Conceição ([Notícia](#));
- 24 de maio: Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo - Interlagos
- 18 de junho: Estudantes do Mackenzie ([Notícia](#));

- 24 de outubro: Estudantes de Direito da USP de Ribeirão Preto ([Notícia](#));
- 25 de outubro: Estudantes do curso de Relações Internacionais da FAAP ([Notícia](#));
- 31 de outubro: Estudantes de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP;

5.1.3 Ações em 2019

- 26 de março: Estudantes de Direito da Universidade Paulista - UNIP – Santos ([Notícia](#));
- 30 de abril: Estudantes de Direito do Instituto Damásio de Direito ([Notícia](#));
- 28 de maio: Centro Universitário Estácio de São Paulo – Unidade Vila dos Remédios ([notícia](#));
- 29 de agosto: Estudantes de Direito da Universidade Estácio São Paulo - Unidade Santo Amaro ([notícia](#));
- 05 de setembro: Estudantes de Direito da Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal/SP ([notícia](#));
- 12 de setembro: Estudantes de Direito da FAAP ([notícia](#));
- 10 de outubro: Estudantes de Direito da PUC/SP ([notícia](#));



Visita Monitorada de universitários. Palestra na Sala Multiusos.

5.2 Promoção da Cidadania

Por força de sua missão político-social promove as ações de cidadania, por meio de palestras (na sede do TRE/SP ou *in loco*), de visitas monitoradas ao TRE/SP e realização de eleições não oficiais, como por exemplo, a de um grêmio estudantil de uma escola (pública ou privada). Nesses eventos são destacadas aos cidadãos e aos futuros eleitores a importância da Justiça Eleitoral no tocante ao regime democrático, a competência, a importância do voto consciente, a segurança da urna eletrônica, a diplomação dos eleitos, bem como o treinamento de eleitores. Destacando-se a transparência, a oportunidade e a publicidade dos atos atinentes às eleições gerais ou municipais.

Em execução desde 2018, o Programa TRE vai à Escola é um programa de ação de cidadania, no qual o TRE/EJEP vai até à escola (pública ou privada), levando consigo a Justiça Eleitoral Itinerante. Por meio desse programa pode ser ministrada palestra, treinamento de eleitores com a urna eletrônica e até mesmo ser viabilizada uma eleição não oficial, como a eleição de um grêmio estudantil, por exemplo.

Ao longo do processo os alunos passam a entender um pouco melhor a importância da Justiça Eleitoral no contexto das eleições e da democracia, a importância do voto consciente, a diferenciação dos votos em branco, nulos e a abstenção, bem como a segurança da urna eletrônica. Há, ainda, treinamentos de eleitores e/ou de mesários aos alunos.

Os estudantes que participam diretamente deste tipo de ação tornam-se multiplicadores naturais do conhecimento adquirido, que alcançará também as suas famílias e comunidades.



Ação de cidadania na Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto, em setembro/2018



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

5.2.1 Ações em 2018

5.2.1.1 *Centro de Integração Empresa-Escola*

Em 12 de julho de 2018, a Equipe EJEP realizou palestra intitulada “O voto torna o povo poderoso”, para um público de aproximadamente 40 pessoas, no [Espaço Cidadania CIEE](#), para grupos de adultos entre 18 e 59 anos, em situação de vulnerabilidade e imigrantes. Os participantes foram ainda convidados a conhecer as urnas eletrônicas, oportunidade em que foi simulada uma votação. [Link para a notícia](#)

Em 19 de setembro, a ação foi repetida com nova turma, de 20 pessoas. Além de brasileiros, alguns estrangeiros que fugiram de regimes autoritários, como Síria e Congo, assistiram à palestra, que discorreu sobre a cidadania em sentido mais amplo do que a aptidão de votar e ser votado, mas do atributo da dignidade da pessoa humana em obter, por exemplo, acesso a hospitais, remédios, justiça gratuita e educação. [Link para a notícia](#)

5.1.1.1 *Colégio Mackenzie - I*

De 28 a 30 de agosto de 2018, planejou e executou juntamente com o Colégio Presbiteriano Mackenzie eleição para o Conselho Gestor Estudantil. Atendendo as mesmas etapas de uma eleição oficial, embora não o fosse, foram realizados o registro de candidaturas, a propaganda, os debates, a votação, a proclamação dos eleitos e a diplomação.

Assim, os alunos formaram as respectivas chapas que concorreriam ao pleito, com urnas preparadas com os dados pertinentes (nome da eleição extraoficial; data da eleição; chapas, nomes e fotos dos candidatos e dados dos eleitores).

Durante o processo eleitoral os alunos candidatos fizeram campanha, participaram de debates e ansiaram pelo dia da eleição e o resultado.

Calendário das eleições não oficiais: 28/08 (debates), 29/08 (votação) e 30/08 (diplomação).

Os eleitos foram, ao final da ação, diplomados pelo Des. Paulo Galizia, representando o Presidente do TRE/SP. [Link para a notícia](#)

5.1.1.2 *Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto*

Nos dias 26 e 27 de setembro de 2018, a EJEP ministrou palestra e treinamento de eleitores na Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto, a maior escola da rede de ensino pública da América Latina. A ação de cidadania envolveu aproximadamente 500 alunos (idades entre 14 e 17 anos) e os temas destacados aos futuros eleitores versaram sobre a importância da Justiça Eleitoral no tocante ao regime democrático, a sua competência, a importância do voto consciente, a segurança da urna eletrônica e os cargos em disputa nas eleições 2018. [Link para a notícia](#)

5.1.1.3 *Escola Estadual Caetano de Campos*

Em 4 de outubro, a EJEP deu início a uma ação de cidadania em uma das mais tradicionais escolas de São Paulo – a Escola Estadual Caetano de Campos – fundada no século 19. Um dos primeiros passos foi o trabalho dos professores com as apostilas do Jovem Eleitor, em que os docentes suscitaram a confecção de quadrinhos com o tema eleitoral. Num futuro próximo, a ideia é parametrizar as urnas com alunos-candidatos do grêmio estudantil e, nesse ínterim, os professores trabalharem a interdisciplinaridade com matérias como História, Português, Matemática e Artes, conforme projeto “O TRE vai à Escola”, sugerido pela EJEP. Participaram 7 turmas com 40 alunos cada uma, aproximadamente. [Link para a notícia](#)

5.1.1.4 *Colégio Mackenzie - II*

No dia 20 de outubro, a EJEP e o Centro de Memória da Justiça Eleitoral – CEMEL -, em parceria com o Colégio Mackenzie, realizaram a “Mostra do Conhecimento 2018”, em que crianças do 9º ano foram protagonistas do próprio conhecimento e esmiuçaram o tema “Eleições no Brasil, uma história de 500 anos”. Para uma plateia de colegas, pais, professores e visitantes, as crianças se dividiram em pequenos grupos e explicaram a História do Brasil, entremeada com as eleições, desde o Brasil colônia, passando pelo Império, República Velha e Era Vargas. Os alunos puderam vivenciar também a evolução das cédulas eleitorais – das de papel até chegar ao e-título -, a partir do acervo fornecido pelo CEMEL. Os estudantes realizaram uma simulação do plebiscito de 1993 (que escolheu a forma e o sistema de governo atuais) com a utilização das cédulas de papel, permitindo, assim, um comparativo entre o sistema de votação antigo e o atual, sobretudo no que tange à apuração. Presenciaram a ação aproximadamente 1500 alunos do Colégio Mackenzie e 300 pais de alunos. [Link para a notícia](#)



Eleições do grêmio estudantil do Colégio Mackenzie, em agosto/2018.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

5.1.2 Ações em 2019

5.1.2.1 *Centro de Integração Empresa-Escola*

Em 23 de abril e 18 de setembro de 2019, a EJEP realizou palestras com demonstração da urna eletrônica" no Espaço Cidadania CIEE, para grupos de adultos entre 18 e 59 anos, em situação de vulnerabilidade e imigrantes.

[Link para a notícia \(23/4\)](#)

[Link para a notícia \(18/9\)](#)

5.1.2.2 *Escola Vista Alegre, Monte Mor - SP*

Em 17 de maio foi realizada a eleição do grêmio estudantil da Escola Vista Alegre, em Monte Mor.

A EJEP planejou e executou juntamente com a Escola a eleição para o grêmio estudantil (cargo presidente). Atendendo as mesmas etapas importantes de uma eleição oficial, embora não o fosse, foram realizados o registro de candidaturas, a propaganda, os debates, a votação, a proclamação dos eleitos e a diplomação.

Assim, os alunos formaram as respectivas chapas que concorreriam ao pleito, com urnas foram preparadas com os dados pertinentes (nome da eleição extraoficial; data da eleição; chapas, nomes e fotos dos candidatos e dados dos eleitores).

Durante o processo eleitoral os alunos candidatos fizeram campanha, participaram de debates e ansiaram pelo dia da eleição.

Os eleitos foram, ao final, diplomados pela Secretária da Escola Judiciária Eleitoral Paulista. [Link para a notícia](#)

5.1.2.3 *CEU EMEF Céu Azul*

Em 27 de setembro de 2019, a Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), a Justiça Eleitoral promoveu a eleição do grêmio estudantil na Escola CEU Água Azul, no bairro Cidade Tiradentes, na capital paulista. Participaram do pleito mais de 700 jovens.

Quatro urnas foram preparadas pela Seção de Urnas do TRE. Nelas foram inseridos os dados das chapas, que eram compostas pelos cargos de presidente e vice, além de diretores de comunicação, cultura, esportes, finanças, relacionamento acadêmico e social.

Como em uma verdadeira eleição, foram destacados 14 jovens para atuarem como mesários.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

6. PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO UNIVERSITÁRIO

A Escola mantém o controle e administração de convênios firmados com instituições de ensino superior para arregimentar estudantes que desejem atuar como mesários, podendo aproveitar as horas trabalhadas na eleição como atividades extracurriculares. Esse programa abarca também o aprofundamento da consciência de cidadania de cada um desses alunos, a fim de ampliar o repertório no que diz respeito não só às atividades ocorridas nas seções no dia da votação, mas, precipuamente, à estrutura da Justiça Eleitoral, à segurança da urna, ao processo democrático eleitoral brasileiro e à importância do voto.

Em novembro de 2019 há 32 instituições conveniadas.

Instituições Conveniadas⁴		
Zona Eleitoral	Data Fim Vigência	Nome da Instituição Conveniada
141	06/11/2019	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ
141	06/11/2019	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - UNITAU
211	31/12/2019	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE INDAIATUBA
060	01/06/2020	DR. FRANCISCO MAEDA
281	21/01/2021	UNISEB CURSOS SUPERIORES LTDA
332	09/03/2021	Unifieo
070	08/06/2021	UNIESP
264	18/12/2022	Universidade Federal do ABC
264	18/12/2022	Fundação da Universidade Federal do ABC
174	09/04/2023	FACULDADE SÃO BERNARDO
240	17/05/2023	UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN)
271	04/06/2023	FACULDADE ANHANGUERA DE SOROCABA
137	15/06/2023	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE NEGÓCIOS (FACULDADE ESAMC SOROCABA)

⁴ Na data de 16/10/2019



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

342	20/06/2023	UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIDADE SOROCABA
170	21/06/2023	INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR
014	25/06/2023	FUNDAÇÃO HERMINIO OMETTO
342	29/08/2023	UNIVERSIDADE DE SOROCABA - UNISO
306	19/12/2023	FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
424	19/12/2023	FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ
042	01/02/2024	FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS DE CRUZEIRO
012	22/02/2024	Faculdades Gammon
067	08/03/2024	FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS - UNILINS)
424	27/03/2024	UNI-ANCHIETA - Centro Universitário Padre Anchieta
088	09/05/2024	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA URUBUPUNGÁ
283	16/05/2024	FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
344	29/05/2024	UNIFACCAMP - CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA
025	02/06/2024	UNIESP S.A FACULDADE BIRIGUI-FABI
137	03/06/2024	FACULDADE DE SOROCABA (GRUPO UNIVERSIDADE BRASIL)
137	07/06/2024	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA
121	28/06/2024	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA (UNICEP)
021	05/08/2024	Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos
021	04/09/2024	Centro Unificado de Educação de Barretos Ltda

[Link para a página de orientações da atividade](#)



7. REVISTA ELETRÔNICA – REDESP

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a Escola Judiciária Eleitoral Paulista, por meio da Portaria EJEP nº 04/2016, publicada no DJE de 22/12/2016, iniciaram os trabalhos de criação de um periódico de caráter científico como meio de estimular a produção e difundir os conhecimentos atinentes à esfera eleitoral, ao sistema político e à democracia brasileira.

Assim, em dezembro de 2017, a EJEP lançou a 1ª edição da Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistemas Políticos – REDESP, destinada aos profissionais do direito, cujo escopo é o de difundir conhecimento na seara eleitoral, com publicações periódicas, mediante temas relevantes e sujeitos a novas discussões jurídicas.

Editor: Doutor Richard Pae Kim

Periodicidade: Semestral

Acesso à REDESP: www.tre-sp.jus.br/redesp

7.1 1ª Edição – DEZEMBRO/2017

A primeira edição teve 13 artigos, foi publicada em 12 de dezembro de 2017.

Contou com artigos de autoria de especialistas renomados e também de 3 alunos do curso de pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral oferecido pela EJEP.

[Link para a 1ª edição](#)

7.2 2ª edição- JUNHO/2018

A segunda edição contou com 10 artigos, um dos quais de autoria de aluna do curso de pós-graduação oferecido pela EJEP.

[Link para a 2ª edição](#)

7.3 3ª edição – DEZEMBRO/2018

A terceira edição foi composta por 11 artigos, sendo 4 de autoria de alunos do curso de pós-graduação oferecido pela EJEP.

[Link para a 3ª edição](#)



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

7.4 4ª edição – JUNHO/2019

A quarta edição contou com 8 artigos, um dos quais de autoria de aluno egresso da pós-graduação da EJEP.

[Link para a 4ª edição](#)

7.5 5ª edição – DEZEMBRO/2019

A quinta edição da REDESP está em fase de elaboração, e contará igualmente com a participação de alunos da pós-graduação.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

8. APERFEIÇOAMENTO DO CORPO DOCENTE

Como forma de aperfeiçoamento e atualização, sobretudo no que se refere à utilização de ferramentas pedagógicas inovadoras, o corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral Paulista vem realizando o curso de Formação de Formadores, oferecido pela Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM, conforme programação anexa.

Até o momento, além da Secretária da EJEP, Vanessa Nigres Diniz e da servidora Giovanna Tocaia dos Reis, concluíram o curso e os seguintes professores assistentes:

- Francisco Carlos Inouye Shintate
- Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia
- Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior
- Vitor Gambassi Pereira.



9. PESQUISA

9.1 Grupo de Pesquisa “Reforma Política”

Período

2015 a 2017

Descrição

Os reflexos sociais apresentados a cada pleito eleitoral são imediatos, inevitavelmente porque nele é consolidado todo o cenário político da representação popular, notadamente o novo contexto que se estabelecerá na legislatura e mandato governamental vindouros. Na atualidade, as diversas correntes políticas, contentes ou não com o resultado, proclamam, reverberando intensas demandas da sociedade, a necessidade de se reformular o Sistema Político-Representativo brasileiro, lançando-se numa verdadeira cruzada em direção à chamada "Reforma Política". Diversos institutos novos ou antigos hoje em vigor nesse sistema, tais como os Sistemas Eleitorais, a Reeleição, as Coligações Partidárias, entre outros, são postos em cheque surgindo uma profusão de propostas de reforma, atualmente contabilizados em inúmeros Projetos de Lei ou Emenda Constitucional já identificados. Esta pesquisa se debruçará sobre essas propostas, analisando seus impactos e repercussões no sistema político-representativo.

Situação

Concluído; Natureza: Pesquisa.

Membros

Mônica Herman Salem Caggiano - Coordenadora

Alberto Luis Mendonça Rollo - Integrante

Alexandre Sanson – Integrante

André Guilherme Lemos Jorge - Integrante

Bruno César Lorencini - Integrante

Cláudio Salvador Lembo - Integrante

Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis - Integrante

Evandro Fabiani Capano - Integrante

Marco Antonio Martin Vargas - Integrante

Paulo Henrique dos Santos Lucon - Integrante



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL PAULISTA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Richard Paulo Pae Kim - Integrante

Rubens Beçak - Integrante

Tatiana Penharrubia Fagundes - Integrante

Produção bibliográfica

Reforma Política: um mito inacabado. Monica Herman Caggiano (org.). Barueri, SP: Manole, 2017. ISBN 978-85-7868-281-1